

CONCEBRA - CONCESSIONÁRIA DAS
RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A.

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2019

CONCEBRA - CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A.

Informações contábeis intermediárias
Em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as Informações Contábeis intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às Informações Contábeis intermediárias, onde indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$36.497 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$1.093.168 mil. A Companhia necessita de obter recursos financeiros significativos de seus acionistas ou de terceiros, para cumprir com os compromissos assumidos com o programa de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa Nº 23 e com as instituições financeiras credoras. Conforme apresentado na Nota Explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida Nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anteriores

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2018, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, obtido das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 08 de maio de 2018 e 27 de março de 2019, respectivamente, sem ressalvas, contendo parágrafos de ênfase sobre a "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" e a "Investigação da controladora TPI em andamento".

Goiânia, 15 de maio de 2019.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.104	15.475
Clientes e operações a receber	5	14.671	15.511
Impostos a recuperar		169	162
Adiantamentos diversos		1.133	955
Despesas antecipadas		1.034	1.568
		33.111	33.671
Não circulante			
Despesas antecipadas		-	162
Depósito judicial		1.249	1.249
Impostos e contribuições diferidos	20	102.780	102.780
Intangível	7	1.480.860	1.470.056
Intangível em construção	7	50.261	49.706
Outros créditos		1.100	1.100
		1.636.250	1.625.053
Total do ativo		1.669.361	1.658.724
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		11.664	13.814
Empréstimos e financiamentos	8	1.027.771	1.011.341
Obrigações trabalhistas		12.051	10.573
Obrigações fiscais	9	12.232	25.084
Arrendamento mercantil	10	19.172	655
Contas a pagar - partes relacionadas	6	38.782	37.898
Outras obrigações	11	4.607	4.352
		1.126.279	1.103.717
Não circulante			
Provisões para demandas judiciais	21	15.729	3.808
Provisão para manutenção	12	249.998	237.607
Impostos e contribuições diferidos	20	26.423	26.423
		292.150	267.838
Patrimônio líquido			
Capital social	13	380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		49.710	49.450
Prejuízos acumulados		(178.777)	(142.281)
Total do patrimônio líquido		250.932	287.169
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.669.361	1.658.724

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receitas operacionais líquidas	14	84.132	110.369
Custo dos serviços prestados e de construção	15	(62.650)	(78.085)
Resultado bruto		21.482	32.284
Despesas operacionais, líquidas:			
Administrativas	16	(2.590)	(2.828)
Salários e encargos sociais	17	(2.221)	(2.071)
Amortização		(2.240)	(551)
Administradores	18	(584)	(754)
Outras receitas operacionais, líquidas		104	176
		(7.531)	(6.028)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.951	26.256
Resultado financeiro, líquido:			
Receitas financeiras	19	121	104
Despesas financeiras	19	(50.569)	(47.819)
		(50.448)	(47.715)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(36.497)	(21.459)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	7.293
		-	7.293
Prejuízo do período		(36.497)	(14.166)
Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	13.b	(0,10)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Prejuízo do período	(36.497)	(14.166)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(36.497)</u>	<u>(14.166)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2019 e 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	380.000	(77.693)	26.700	329.007
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	11.700	11.700
Prejuízo do período	-	(14.166)	-	(14.166)
Saldos em 31 de março de 2018	380.000	(91.859)	38.400	326.541
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.000	(142.281)	49.450	287.169
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	260	260
Prejuízo do período	-	(36.497)	-	(36.497)
Saldos em 31 de março de 2019	380.000	(178.778)	49.710	250.932

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(36.497)	(14.166)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Margem de construção	(55)	(589)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(7.293)
Amortização	12.513	6.927
Provisão para manutenção e AVP	12.391	12.209
Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	45.324	43.669
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	545	590
Provisão para demandas judiciais	11.921	174
Variação nos ativos e passivos:		
Cliente e operações a receber	840	(653)
Impostos a recuperar	(7)	-
Depósitos judiciais	1	(25)
Despesas antecipadas	696	1.041
Outros valores a receber	(178)	(1.378)
Fornecedores	(2.316)	(2.785)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.478	379
Obrigações fiscais	(13.231)	627
Contas a pagar partes relacionadas	884	(8.632)
Outras obrigações	255	2.377
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	34.673	32.472
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(23.927)	(13.305)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(23.927)	(13.305)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Captações através de empréstimos e financiamentos (IFRS 16)	20.824	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	260	11.700
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(30.474)	(24.396)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(728)	(4.011)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(10.118)	(16.707)
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	629	2.460
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.475	15.784
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.104	18.244
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	629	2.460

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas	91.971	118.795
Receita de pedágio	89.679	95.381
Receita de construção	2.188	23.238
Outras receitas	104	176
Insumos adquiridos de terceiros	(43.415)	(62.240)
Custos dos serviços prestados	(39.040)	(37.118)
Custos de construção	(2.133)	(22.649)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.242)	(2.473)
Valor adicionado bruto	48.556	56.555
Amortização	(12.609)	(6.927)
Valor adicionado líquido consumido	35.947	49.628
Valor adicionado recebido em transferência	121	104
Receita financeira	121	104
Valor adicionado total a distribuir	36.066	49.732
Distribuição do valor adicionado	36.066	49.732
Pessoal	11.720	12.517
Remuneração direta	9.100	9.831
Benefícios	2.068	2.051
F.G.T.S.	552	611
Outras	-	24
Impostos, taxas e contribuições	9.966	3.209
Federais	5.491	(1.567)
Estaduais	-	5
Municipais	4.475	4.771
Remuneração de capitais de terceiros	50.877	48.172
Juros	50.559	47.823
Aluguéis	21	108
Outras	297	241
	-	-
Prejuízo do período	(36.497)	(14.166)
Prejuízo do período	(36.497)	(14.166)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”, “Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia, Goiás e possui como acionista a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”). A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a Concessionária conta com 24 bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao usuário, 02 postos de pesagem veicular, 12 bases da polícia rodoviária federal, 06 lotes de manutenção e conservação e 11 praças de pedágio ao longo de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu a Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

No dia 24 de fevereiro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$ 3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, resultou no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia.

A Companhia está em tratativas finais junto ao BNDES para firmar um acordo de reperfilamento dessa dívida e, entre as condições, está a avaliação das partes quanto às cláusulas aplicáveis, incluindo a possibilidade de isenção das multas e dos juros moratórios, que representam, aproximadamente R\$ 220.000. A partir de junho de 2019, com a total quitação da dívida com os bancos fiadores do empréstimo ponte, a Concebra passará a destinar a amortização ao BNDES, no mesmo percentual de retenção da receita bruta (27%) destinada, até então, aos fiadores. Vale informar ainda, que nessa mesma ocasião, as garantias, hoje em favor dos bancos fiadores (Direitos Emergentes da Concessão e Recebíveis), passarão a serem oferecidas ao BNDES.

Em 31 de março de 2019, a Companhia apresenta prejuízo de R\$36.497 e capital circulante negativo de R\$1.093.168, provenientes, quase que exclusivamente, da atualização da dívida do financiamento de curto prazo (ponte) junto ao BNDES. A partir do acordo de reperfilamento da dívida com o BNDES, ajustando as taxas de correção e a exclusão das multas e juros moratórios, a Companhia poderá começar a apresentar lucro contábil.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 8, a Companhia possui fiança corporativa, penhor, recebíveis e aval da Controladora como garantias do empréstimo.

O segundo importante direcionamento estratégico da Companhia para a continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, é a Revisão Quinquenal por parte da ANTT, que está em tratativas aceleradas, aguardando apenas o consenso dos órgãos de controle e Governo Federal para a formatação final dos termos dessa revisão.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia—Continuação

Ambas as tratativas, repactuação da dívida com o BNDES e Revisão Quinquenal, são fundamentais para a continuidade da Concebra. A Revisão Quinquenal está prevista pela Resolução ANTT nº 1187, de 09 de novembro de 2005, alterada pela resolução nº 2.554, de 14.02.08, a qual estabelece:

“A ANTT promoverá reavaliações dos contratos de concessão, no que se refere a obras e serviços, a cada cinco anos, contados regressivamente de seus respectivos termos finais, de forma a analisar eventuais ajustes necessários à prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro”.

Portanto, a Administração da Companhia e sua Controladora entendem que estas ações poderão, a depender da forma definida pela agência e demais órgãos, trazer o necessário reequilíbrio contratual de forma a permitir a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

2. Bases de preparação

2.1. Preparação e apresentação das Informações Contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Informações Contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas tomando como base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As Informações Contábeis intermediárias foram aprovadas para divulgação pela Administração em 15 de maio de 2019.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis intermediárias e somente, elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

b) Base de mensuração

As Informações Contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional

As Informações Contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis

As Informações Contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que devem ser lidas em conjunto com essas Informações Contábeis intermediárias. Cabe ressaltar que não houveram alterações nas práticas contábeis até 31 de março de 2019.

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 (IFRS 16, que trata sobre arrendamentos, por exemplo), tiveram seus impactos devidamente evidenciados nas notas explicativas 10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Natureza	31/03/2019	31/12/2018
Disponibilidades (i)			3.066	3.172
Aplicações financeiras (ii)	60% a 100% do CDI	Aplicação automática	13.038	12.303
			16.104	15.475

(i) Em 31 de março de 2019 os recursos referem-se substancialmente a montantes custodiados pela transportadora de valores.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Clientes e operações a receber

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Arrecadação pedágio (i)		
Vale pedágio	982	846
Pedágio eletrônico	13.689	14.553
Uso da faixa de domínio	-	112
	<u>14.671</u>	<u>15.511</u>

- (i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas	31/03/2019			31/12/2018		
	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar	Ativo intangível	Fornecedores	Contas a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	49.519	-	-	48.707	-	-
CTVias – Centro Tecnológico Infraestrutura Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	258
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (iii)	-	-	159	-	-	-
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iv)	-	-	38.623	-	-	37.640
	49.519	-	38.782	48.707	-	37.898

- i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a ANTT e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total. O contrato possui o prazo de vigência de cinco anos. A Construtora Triunfo S.A. e a Controladora da Companhia estão sob controle comum. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A.
- ii. Valores referentes a fornecimento de serviços conforme previsto em contrato entre as partes no valor de R\$1.949, para avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento, avaliação dos elementos rodoviários de sinalização vertical e horizontal e de proteção e segurança, bem como, levantamento das condições de aderência do pavimento, proposições de soluções e previsões de desempenhos de pavimentos em atendimento ao estabelecido no programa de exploração da rodovia (PER). O CTVias e a Companhia possuem a Triunfo como controladora em comum.
- iii. Valores referentes à aquisição de seis caminhões utilizados na operação da Companhia. A Rio Guaíba e a Companhia possuem a Triunfo como controladora em comum.
- iv. Valores referentes a: (a) créditos de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social cedidos pela Triunfo para abatimento dos saldos de parcelamentos de impostos, no valor de R\$19.398, líquido do desconto da adesão, conforme contrato de Cessão de crédito firmado entre as partes; e (b) valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e intangível em construção

	Intangível em serviço (i)	Provisão para manutenção	Intangível em andamento	Total Intangível	Intangível em Construção
Saldo em 31/12/2017	1.240.529	68.954	157.481	1.446.964	76.317
Construções/aquisições	-	-	45.908	45.908	27.851
Compensações	-	-	54.462	54.462	(54.462)
Transferência	257.851	-	(257.851)	-	-
Saldo em 31/12/2018	1.498.380	68.954	-	1.567.334	49.706
Construções/aquisições/adições	23.059	-	-	23.059	813
Compensações	-	-	-	-	-
Transferência	258	-	-	258	(258)
Saldo em 31/03/2019	1.521.697	68.954	-	1.590.651	50.261
Saldo em 31/12/2017	(53.499)	-	-	(53.499)	-
Amortização	(43.779)	-	-	(43.779)	-
Saldo em 31/12/2018	(97.278)	-	-	(97.278)	-
Amortização	(12.513)	-	-	(12.513)	-
Saldo em 31/03/2019	(109.791)	-	-	(109.791)	-
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2018	1.401.102	68.954	-	1.470.056	49.706
Saldo em 31/03/2019	1.411.906	68.954	-	1.480.860	50.261
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	-	-	-	-

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Do montante de ativo intangível em serviço, R\$761.157, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A. Do montante do ativo em serviço R\$ 2.950 são oriundos do contrato de prestação de serviços entre a Companhia e a CT Vias.
- (ii) Para atendimento à nova norma, CPC 47/IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes o valor dos adiantamentos foi reclassificado para o intangível em construção. O valor é representado pelos adiantamentos a fornecedores, principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$49.519 e outros fornecedores no montante de R\$741.

7. Intangível e intangível em construção—Continuação

O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canteiro central, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Direitos de Uso (IFRS16)	Outros ativos em serviço	Total
Saldo em 31/12/2017	611.701	391.030	62.870	60.747	14.890	33.769	-	65.522	1.240.529
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência/baixas	7.340	239.298	-	-	1.629	(33)	-	9.617	257.851
Saldo em 31/12/2018	619.041	630.328	62.870	60.747	16.519	33.736	-	75.139	1.498.380
Construções/aquisições	1.307	331	14	-	177	-	-	967	2.797
Aplicação IFRS 16	-	-	-	-	-	-	20.521	-	20.521
Saldo em 31/03/2019	620.348	630.659	62.884	60.747	16.696	33.736	20.521	76.106	1.521.697
Saldo em 31/12/2017	(25.918)	(15.428)	(2.694)	(2.513)	(565)	(1.414)	-	(4.967)	(53.499)
Amortização	(20.907)	(14.462)	(2.123)	(2.052)	(558)	(1.139)	-	(2.538)	(43.779)
Saldo em 31/12/2018	(46.825)	(29.890)	(4.817)	(4.565)	(1.123)	(2.553)	-	(7.505)	(97.278)
Amortização	(5.101)	(5.186)	(517)	(500)	(137)	(277)	(169)	(626)	(12.513)
Saldo em 31/03/2019	(51.926)	(35.076)	(5.334)	(5.065)	(1.260)	(2.830)	(169)	(8.131)	(109.791)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2018	572.216	600.438	58.053	56.182	15.396	31.183	-	67.634	1.401.102
Saldo em 31/03/2019	568.422	595.583	57.550	55.682	15.436	30.906	20.352	67.975	1.411.906

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e intangível em construção—Continuação

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota Explicativa 8.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014 e o saldo total de capitalizações foi de R\$4.175. No período findo em 31 de março de 2019 não houve capitalizações.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital, consoante ao pleito da revisão quinquenal. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

8. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	31/03/2019	31/12/2018
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Dez/2016	996.415	952.059
BB (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.		13.875	28.732
BDMG (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	8.310	17.212
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	9.171	13.338
				1.027.771	1.011.341
Circulante				1.027.771	1.011.341
Não circulante				-	-

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das Informações Contábeis Intermediárias.

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. O empréstimo ponte venceu no dia 15 de dezembro de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa 1 e a Companhia encontra-se inadimplente. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, “*Covenants*”.

8. Empréstimos e financiamentos—Continuação

Em 02 de janeiro de 2017, o BNDES acionou as garantias das fianças bancárias emitidas pelo Banco do Brasil (“BB”) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) vinculados a liberação da 3ª tranche, no montante inicial de R\$160.000. Os valores foram honrados nos dias 05 e 10 de janeiro pelo BDMG e BB. Em 23 de janeiro de 2017, foi formalizado, entre estas instituições financeiras e a Companhia, um novo acordo para pagamento dos valores afiançados mediante retenção de percentual da receita bruta mensal, correspondente a 24% até junho de 2017 e 27% a partir desta data, com prazo máximo de 36 meses.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolada pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida total, líquida da parte honrada pelos fiadores.

Em 03 de fevereiro de 2017, na mesma Vara Federal, foi protocolada petição inicial por parte da Companhia, com distribuição por dependência ao processo encaminhado pelo BNDES, requerendo a suspensão do vencimento da dívida até que uma das seguintes alternativas seja determinada: (i) o BNDES conceda a Companhia o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos,

ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes.

Em 08 de fevereiro de 2017, foi indeferida a tutela judicial de urgência requisitada na petição inicial protocolada no dia 03 de fevereiro de 2017.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2019, a Companhia encontra-se em tratativas das cláusulas contratuais e negociações a serem repactuados para conclusão da renegociação do saldo devedor junto ao BNDES.

A Companhia também captou recursos por meio de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) junto ao BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência inicial de 8 meses. O empréstimo venceu em 15 de dezembro de 2016 e foi renegociado um novo de 36 meses com 6 meses de carência para início da amortização dos juros em janeiro/2017, forma de amortização SAC. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, “Covenants”.

9. Obrigações fiscais

	31/03/2019	31/12/2018
PIS	215	238
COFINS	991	1.094
INSS	126	136
IRRF	35	43
CSLL	42	63
ISS (i)	10.571	22.605
Parcelamentos (ii)	253	905
	12.232	25.084

(i) Em 31 de março de 2019 a Companhia avaliou o saldo de contas à pagar relativo aos Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e reconheceu o contingenciamento e atualização dos valores a longa data.

(ii) Parcelamento conforme Programa de Regularização Tributária – PRT consolidado pela Companhia em 29 de maio de 2018 junto à Receita Federal do Brasil em 24 meses, sendo que o término do parcelamento ocorrerá em Abril/2019.

10. Arrendamento mercantil

	31/03/2019	31/12/2018
Passivos de contrato	18.713	-
Juros (AVP)	304	-
Finame	155	655
	19.172	655

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta como passivos de contratos e juros (AVP) os valores relativos a norma CPC 06 (R2) e/ou IFRS 16 – Contratos de arrendamento, referentes à locação de imóveis, equipamentos e veículos avaliados pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por adotar o método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento em 31 de dezembro de 2018, com ajuste ao saldo de abertura de prejuízos acumulados na data da aplicação inicial. A Companhia realizou a mensuração do ativo pelo custo e passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre os empréstimos do arrendatário de 8,74%.

11. Outras obrigações

	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para compromissos do contrato de concessão	4.607	4.352
	4.607	4.352

O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de “fiscalização”, para cobertura de despesas nesse processo, “segurança no trânsito”, que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e “recursos para desenvolvimento tecnológico - RDT”, aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.

12. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao ano de 2021 a 2024, descontado pela taxa WACC de 7,53% a.a. conforme quadro abaixo:

	31/12/2018	Constituição a valor presente	Recomposição AVP	31/03/2019
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	186.314	6.371	3.344	196.029
Canteiro central/faixa de domínio	703	23	12	738
Obras de arte especiais	3.584	123	64	3.771
Terraplenagem e estruturas de contenção	475	17	9	501
Drenagem/obras de arte correntes	11.614	397	208	12.219
Sinalização	34.756	1.190	625	36.571
Outros	161	5	3	169
	237.607	8.126	4.265	249.998

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia iniciou o reconhecimento da provisão para manutenção sobre as obras já entregues. No resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2019, foi reconhecido o valor de R\$8.126 no grupo de custos dos serviços prestados e R\$4.265 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	31/03/2019	31/03/2018
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(36.497)	(14.166)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico e diluído	380.000.000	380.000.000
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,10)	(0,04)

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio Líquido—Continuação

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2019, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$260 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo”) a título de adiantamento para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$49.710 até 31 de março de 2019 (R\$49.450 até 31 de dezembro de 2018), com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

14. Receitas operacionais, líquidas

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas:		
Receita de pedágios	89.679	95.381
Receita de construção	2.188	23.238
	91.867	118.619
Impostos sobre faturamento:		
(-) PIS sobre faturamento	(583)	(620)
(-) COFINS sobre faturamento	(2.690)	(2.861)
(-) ISS sobre serviços prestados	(4.462)	(4.769)
	(7.735)	(8.250)
Receita operacional líquida	84.132	110.369

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$ 2.188 (R\$97.029 em 2018) dos ativos da concessão medidos e realizados no período encerrado em 31 de março de 2019 que contempla aproximadamente 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no ano.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custos dos serviços prestados e de construção

	31/03/2019	31/03/2018
Duplicação de pista e pavimentação ^(a)	(269)	(21.191)
Edificações operacionais	(1.375)	(461)
Roçada e poda vegetal	(167)	-
Folha de pagamento	(11.071)	(11.885)
Elementos de sinalização e proteção	(1)	(296)
Projetos	(23)	(57)
Seguros	(60)	(56)
Sistema de infraestrutura telefônica, radiocomunicação e televisão	(150)	(112)
Serviços tomados ^(b)	(20.203)	(16.183)
Custos contratuais ^(c)	(4.299)	(4.753)
Amortização ^(d)	(10.369)	(6.377)
Provisão para manutenção	(8.126)	(8.748)
Outros ^(e)	(6.537)	(7.966)
	(62.650)	(78.085)
Custo de construção	(2.133)	(22.649)
Custos dos serviços prestados	(60.517)	(55.436)

(a) No período de 31 de março de 2019, houveram reduções significativas nos custos com duplicação e pavimentação.

(b) Substancialmente composto por serviços de reparo da rodovia, conservação e manutenção e socorro médico.

(c) Substancialmente composto por gastos relativos a seguro relacionado a obra, verbas (ANTT) de fiscalização, aparelhamento e prevenção de acidentes.

(d) Em 2018 a Companhia efetuou a revisão da projeção sua curva de tráfego e o impacto da revisão ocasionou no aumento da amortização mensal do ativo intangível.

(e) Substancialmente composto por serviços e materiais necessários para a prestação do serviço, tais como gastos com a manutenção da frota de veículos e radares, energia elétrica e comunicação de dados.

16. Despesas administrativas

	31/03/2019	31/03/2018
Prestadores de serviços	(551)	(650)
Materiais, equipamentos e veículos	(159)	(248)
Provisões para demandas judiciais	(297)	(241)
Despesas gerais (*)	(1.583)	(1.689)
	(2.590)	(2.828)

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet.

17. Salários e encargos sociais

	31/03/2019	31/03/2018
Salários e remunerações	(1.308)	(1.278)
Encargos sociais e trabalhistas	(557)	(414)
Benefícios	(321)	(378)
Outras despesas com pessoal	(35)	(1)
	(2.221)	(2.071)

18. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

	31/03/2019	31/03/2018
Diretoria e conselho	491	613
Encargos e benefícios	93	141
	584	754

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 31 de março de 2019 e 2018, está assim composto:

	31/03/2019	31/03/2018
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	-	92
Rendimento sobre aplicações financeiras	121	12
	121	104
Despesas financeiras:		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (i)	(45.324)	(43.669)
AVP provisão para manutenção	(4.264)	(3.461)
AVP sobre direitos de uso - intangível	(304)	-
Juros sobre obrigações com fornecedores	(166)	(168)
Juros e multa sobre obrigações fiscais	(379)	(422)
Despesas bancárias	(108)	(123)
Outros	(24)	24
	(50.569)	(47.819)
	(50.448)	(47.715)

(i) Representado pelos encargos financeiros do empréstimo-ponte com o BNDES, acrescido por provisão de multa e juros devidos após o vencimento (15 de dezembro de 2016).

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

i) *Ativo*

Ativo	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	41.972	41.972
Provisão para manutenção	60.079	60.079
Diferenças temporárias	729	729
	102.780	102.780

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Passivo

Passivo	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	13.389	13.389
Margem de construção	8.854	8.854
Outros	4.180	4.180
	26.423	26.423

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 10 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Segue expectativa de realização, considerando o saldo líquido:

	Compensações (R\$)
2019	6.866
2020	13.583
2021	14.969
Entre 2022 e 2024	67.362
	102.780

b) Resultados do ano

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados são demonstrados abaixo:

	31/03/2019	31/03/2018
Diferido		
Imposto de renda	-	5.542
Contribuição social	-	1.751
	-	7.293

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido—Continuação

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/03/2019	31/03/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(36.497)	(21.459)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	12.409	7.293
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):		
Margem de construção (diferença temporária)	-	200
Provisão para manutenção	-	(4.152)
Custo com empréstimo	-	-
Constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	4.455	3.951
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal	7.954	3.024
Outras adições e exclusões (provisões)	-	318
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do ano	12.409	7.293
Alíquota efetiva	34%	34%

21. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 31 de março de 2019 no montante de R\$15.729 (R\$3.808 em 31 de dezembro de 2018).

	31/03/2019	31/12/2018
Trabalhista (a)	1.492	1.492
Cível (b)	527	527
Tributárias (c)	13.710	1.789
	15.729	3.808

- (a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício;
- (b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;
- (c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta na base de cálculo do PIS e COFINS e ISSQN.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões para demandas judiciais—Continuação

Há ainda outras causas judicializadas de natureza trabalhista e cível em andamento, nos montantes aproximados de R\$12.891 e R\$13.821 (R\$13.240 e R\$39.772 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se em andamento processos administrativos no âmbito regulatório junto ao órgão regulador (ANTT) relativos a ; pedido de ressarcimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) no montante de R\$ 5.670 relativo a estudos ambientais realizados e o auto de infração referente à não contratação/renovação do seguro garantia no montante de R\$ 4.500, ambos considerados pelos consultores jurídicos da Companhia com risco de perda possível quando forem discutidos na esfera judicial.

22. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia - Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia.

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “*all risks*” para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância	
	segurada em R\$	Prazo de vigência
Risco de responsabilidade operacional	Não renovado	N/A
Danos materiais	2.349.132	Em renovação
Risco de engenharia	10.000.000	Em renovação
Perda de receita	54.256.575	Em renovação
Risco de engenharia – duplicação	2.792.398	Abr/14 a abr/20

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2018 houve o término da vigência da apólice de seguro para garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a ANTT poderá aplicar penalidades, conforme regulamentação. No trimestre findo em 30 de junho de 2018 a ANTT notificou a Companhia quanto a não renovação da apólice de responsabilidade operacional.

22. Cobertura de seguros—Continuação

O risco de perda dessa causa, avaliado pela a Administração da Companhia e assessores jurídicos, foi determinado como expectativa de perda possível, conforme divulgado na Nota Explicativa 21. A Administração entende que esse risco está minimizado com o pleito de revisão quinquenal protocolado junto a ANTT. A solução que trará a revisão quinquenal, com um novo cronograma de obras, será, a medida em que for consenso entre as partes (Concebra e ANTT), subsídio fundamental para a recontratação do Seguro Garantia.

23. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compromissos Contratuais:

	2019	2020	2021 a 2044	Total geral
Compromissos futuros:				
Recuperação da rodovia	65.308	-	26.712	92.020
Obras de arte	91.128	91.128	-	182.256
Obras de ampliação e melhorias	765.656	288.513	747.796	1.801.965
Manutenção da rodovia	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	1.239.034	1.239.034
Outas obras de aplicação e melhorias	50.000	-	50.000	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	-	20.000	20.000
Gestão ambiental	23.276	23.276	78.354	124.906
Sistemas e equipamentos	2.229	-	207.061	209.290
Edificações	-	-	114.795	114.765
Veículos	6.953	1.540	49.690	58.183
Projetos/Ensaios/Estudos	1.962	1.964	151.321	155.247
Desapropriações	34	13	6.915	6.962
	1.006.546	406.434	5.416.198	6.879.148
Outros compromissos				
Complemento contorno Goiânia	-	-	100.000	100.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	53.091
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	-	-	25.000	25.000
	17.697	17.697	142.697	178.091
	1.024.243	424.131	5.558.895	7.057.239

23. Compromissos com a concessão—Continuação

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- (i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- (ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;
- (iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

O cumprimento dos compromissos com a concessão, projetados de acordo com o contrato inicial, previstos para o exercício de 2019 foram realizados parcialmente, totalizando aproximadamente R\$71 milhões de reais. Isso ocorreu devido às condicionantes relacionadas à obtenção de recursos financeiros, descritas na nota 01 – Contexto Operacional. A Companhia espera que, com a revisão quinquenal do contrato, prevista para o segundo semestre de 2019, os compromissos sejam reequilibrados, conforme tabela abaixo:

Compromissos propostos para revisão quinquenal:

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Compromissos com a concessão—Continuação

	2019	2020	2021	2022 a 2044	Total geral
<u>Compromissos futuros:</u>					
Recuperação da rodovia	51.243	35.529	55.292	782.183	924.247
Obras de arte	33.678	31.271	24.653	582.234	671.836
Obras de ampliação e melhorias	149.391	150.421	180.347	2.381.465	2.861.624
Manutenção da rodovia	43.056	44.778	46.457	1.630.781	1.765.072
Outras obras de aplicação e melhorias	20.882	21.717	22.531	23.376	88.506
Obras civis lançamento de fibra óptica	6.415	3.503	-	-	9.918
Gestão ambiental	3.603	4.571	2.503	54.661	65.338
Sistemas e equipamentos	2.564	4.593	5.647	42.884	55.688
Edificações	-	1.924	3.973	123.193	129.090
Veículos	1.626	2.616	-	76.799	81.041
Projetos/Ensaio/Estudos	3.337	3.470	3.600	31.402	41.809
Desapropriações	5.382	45	19	9.177	14.623
	<u>321.177</u>	<u>304.438</u>	<u>345.022</u>	<u>5.738.155</u>	<u>6.708.792</u>
<u>Outros compromissos</u>					
Complemento contorno Goiânia	-	-	36.284	198.316	234.600
Retorno em nível	8.350	14.695	-	91.842	114.887
	<u>8.350</u>	<u>14.695</u>	<u>36.284</u>	<u>290.158</u>	<u>349.487</u>
	<u>329.527</u>	<u>319.133</u>	<u>381.306</u>	<u>6.028.313</u>	<u>7.058.279</u>

Os valores dos compromissos acima consideram os fluxos futuros previstos baseados nas previsões dos índices de inflação até o fim da concessão.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 14, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização
2019	10.404
2020 até 2044	249.696
	<u>260.100</u>

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (i) Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- (ii) Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros incorridos até a data do balanço.
- (iii) Contas a receber – são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas Informações Contábeis Intermediárias.
- (iv) Contas a pagar - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três

tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de

insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

a) *Risco de taxas de juros*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) *Risco de preço e valor de mercado*

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) *Risco regulatório*

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importante ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

d) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) *Risco de liquidez*

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) *Hierarquia de valor justo*

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 39, 40 e 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro—Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de março de 2019, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de março de 2019, definimos o cenário provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de março de 2019, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras nos próximos 12 meses, conforme segue:

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

31 de março de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações – 98,5% CDI	13.038	13.038	13.038
Receita financeira projetada	1.159	1.449	1.739
Variação	-	290	580
BNDES - TJLP + 2% a.a.	996.415	996.415	996.415
Despesa financeira projetada	85.692	107.115	128.538
Variação	-	21.423	42.846
BB - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	13.875	13.875	13.875
Despesa financeira projetada	1.234	1.499	1.799
Variação	-	265	565
BDMG - PONTE - CDI + 2,5% a.a.	8.310	8.310	8.310
Despesa financeira projetada	905	1.105	1.326
Variação	-	200	421
BDMG – CCB - CDI + 2,5% a.a.	9.171	9.171	9.171
Despesa financeira projetada	815	1.019	1.223
Variação	-	204	408

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 31 de março de 2019, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

25. Eventos Subsequentes

Investigações envolvendo a Companhia

No dia 11 de abril de 2019 foi deflagrada pela Polícia Federal a Operação denominada Infinita Highway. A ordem judicial foi emanada da 11ª Vara Federal de Goiás para busca e apreensão na sede da Companhia. As investigações visam apurar supostas fraudes em emissão de relatórios sobre as condições da rodovia, visando burlar a fiscalização, aumentar a tarifa de pedágio e obter financiamento junto ao BNDES. Foram cumpridos ainda mandados de busca e apreensão nas Concessionárias ECO 101 e ViaBahia, bem como, na ANTT, na residência do Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na residência do Superintendente de Fiscalização da ANTT. A Companhia esclarece que adota políticas internas para contratações de bens e serviços e segue as medidas necessárias para investigar qualquer desvio das políticas por seus empregados ou colaboradores. Em 17 de abril de 2019 o Conselho de Administração da Concebra determinou a imediata apuração dos fatos relacionados ao cumprimento do mandado em questão e total apoio e cooperação ao andamento da investigação. Até a data da divulgação dessas informações contábeis intermediárias, a Concebra não teve acesso à integralidade dos autos do pedido de busca e apreensão.